

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI,  
CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE  
2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE  
FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2016/021653

RECORRENTE: EDMILSON DA SILVA SANTOS

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA -  
SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: R000218006

JARI - Junta Administrativa de Recursos de  
Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

**EMENTA: Art. 218, I do CTB - Multa por transitar  
em velocidade superior à máxima em até 20%".  
Prazos para apresentação de condutor e Defesa  
suprimidos quando do recebimento da NAI.  
Arquivamento do auto que se impõe. Recurso  
Conhecido e Provido.**

### Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto pelo proprietário legal, em oposição ao rigor do art. 218, Inciso I, do CTB, por "**Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20%**", na data de **13/07/2016, na Rod. BA535, Km 21**, Sentido Crescente, na cidade de Lauro de Freitas/Bahia. O Recorrente alega que teve supostamente o seu direito de ampla defesa cerceado em razão do recebimento "fora do prazo" da Notificação.

O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações, pelo que acostou como documento de identificação a sua CNH e cópia do CRLV.

O presente processo encontra-se Instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, cópia do auto de infração de trânsito com foto do veículo captada pelo equipamento de radar no momento da infração, NAI e NIP, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do recurso.

É o relatório.

### Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, verifico que as razões recursais atendem aos interesses legais do Recorrente no que se refere à alegação de cerceio de defesa por supressão dos prazos para apresentação de condutor e defesa de autuação.

Da análise da cópia da NAI, em confronto com o Relatório de Notificação AR – Digital, percebe-se que os prazos para apresentação do condutor, em **29/08/2016** foi totalmente suprimido e

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

impugnação do AIT junto à Comissão de Defesa de Autuação, em **12/09/2016**, foi parcialmente suprimido, pois o recebimento da NAI se deu em **08/09/2016**.

Em que pese e como já dito, o Órgão Autuador tenha agido diligentemente, pois promoveu a expedição da NAI dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, nos termos informados acima, percebe-se que a correspondência só foi entregue no endereço do Recorrente no dia **08/09/2016**, o que implicou, por óbvio, cerceio de defesa por supressão dos prazos para apresentação de condutor e defesa de autuação.

Diante do exposto, verifica-se que as razões recursais atendem aos interesses legais do Recorrente no que se refere à supressão total do prazo para apresentação de condutor e parcial da Defesa de autuação, o que se manifesta como prejuízo ao exercício da ampla defesa e contraditório suportado pelo Recorrente, face à devolução de toda a matéria de direito em razão do manejo de seu irrisignação de forma tempestiva a esta JUNTA, em face do evidente comprometimento da sua ampla defesa e contraditório quando da primeira autuação, e diante do emanado pelo **artigo 257, §7º do CTB e art. 3º, § 3º da Resolução nº 404/12 do CONTRAN**, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, **pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R000218006 lavrado EDMILSON DA SILVA SANTOS, insubsistente, determinando o seu arquivamento. Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos da legislação vigente e aplicável.**

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, julgando insubsistente** o Auto de Infração de nº. **R000218006** determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas. **Acaso já tenha havido o pagamento da multa aplicada, devolva-se a importância, nos termos da legislação vigente e aplicável.**

Sala das Sessões da JARI, 29 de janeiro de 2019

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular – Presidente - Relator

Fábio Reis Dantas - Membro Suplente em Exercício

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular

José Antônio Marques Ribeiro – Membro Titular

Maria Fernanda Cunha – Secretária